

## Argentina nacionaliza serviços públicos

---

### MAUS SERVIÇOS PRIVADOS

O governo argentino anulou recentemente a concessão de duas linhas ferroviárias a empresas privadas, medida tomada após os confrontos que opuseram passageiros e polícia na estação Constituição, que une a capital argentina à populosa periferia sul. Na origem do tumulto esteve a suspensão do serviço na hora de ponta, mas as queixas estendiam-se também à frequente interrupção do serviço, aos atrasos, à sobrelotação das carruagens e aos acidentes por falta de manutenção do material.

Esta é já a quinta nacionalização conduzida por Néstor Kirchner desde que se tornou presidente há quatro anos, numa tentativa de reverter a onda de privatização de empresas públicas levada a cabo nos anos 90 pelo ex-presidente Carlos Menem. Nessa altura, foram privatizadas as principais empresas do Estado argentino, entre as quais a petrolífera Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), vendida por cerca de 17 mil milhões de dólares.

A primeira rescisão realizada pelo governo Kirchner data de Novembro de 2003 quando retirou a concessão do Correio Argentino ao poderoso grupo Macri por falta de cumprimento contratual. Em Janeiro de 2004 anulou o contrato com a empresa francesa Thale Spectrum, a quem estava concessionado o espaço radioelétrico nacional, pelo incumprimento de 70 por cento dos compromissos estabelecidos, restituindo o controlo à Comissão Nacional de Comunicações. Cinco meses mais tarde foi cancelada a concessão da linha de comboio que liga Buenos Aires à cidade de Pilar, por "graves e reiterados incumprimentos na prestação de serviço".

Em Março de 2006, e após anos de negociações, foi anunciado o fim do contrato com a empresa francesa Suez, que geria a companhia Águas Argentinas. A decisão deu lugar à criação da empresa estatal AySA, responsável pelo saneamento e pelo fornecimento de água potável à cidade de Buenos Aires e periferia, com 10 milhões de habitantes. Em Abril desse ano o governo nacionalizou também o estaleiro Tandanor, cujo 90 por cento do capital está agora nas mãos do Estado e o restante na dos trabalhadores.